Transformações no espaço rural fluminense o papel da agricultura familiar e das atividades turísticas

Glaucio José Marafon

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MARAFON, G.J. Transformações no espaço rural fluminense: o papel da agricultura familiar e das atividades turísticas. In: MARAFON, G.J., and RIBEIRO, M.A. orgs. *Revisitando o território fluminense, VI* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017, pp. 105-121. ISBN: 978-85-7511-457-5. <https://doi.org/10.7476/9788575114575.0007>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Transformações no espaço rural fluminense: o papel da agricultura familiar e das atividades turísticas

Glaucio José Marafon¹

1. Introdução

Na atualidade, ao analisarmos as mudanças do mundo rural e as transformações em curso, é necessário remeter ao processo de urbanização (das ocupações não agrícolas, da expansão do consumo, da acessibilidade etc.). Essas mudanças estão, em grande medida, associadas aos espaços de lazer, de produção industrial e dos “processos de produção de valores simbólicos” (Reis, 2001, p. 7). Entre as principais transformações, encontramos maior urbanização, cosmopolitismo dos comportamentos e intensa relação com os mercados de trabalho. Concordamos com Reis (2001, p. 12) quando afirma que

parece claro que as mudanças no meio rural e a maior territorialização das práticas socioeconômicas comportam uma mais intensa relação das práticas socioeconômicas comportam uma mais intensa relação quer com políticas públicas, quer com agentes externos (que seguem essas políticas). Esta dupla abertura do espaço rural (a que lhe é trazida por agentes externos que o procuram segundo novos interesses e novas lucratividades e a que resulta da própria metamorfose dos agentes originariamente locais) é com certeza o grande traço de novidade para o que aí vem. Resta, pois, continuar a observar de que modo abertura e mudança geram novas mudanças.

Entretanto, além da produção moderna e integrada aos mercados globalizados, temos a presença expressiva da produção de base familiar no meio rural brasileiro. Em busca de reprodução e sobrevivência, a produção familiar tem apresentado características como trabalho em tempo parcial, em face da diminuição da jornada de trabalho (favorecida pela incorporação das tecnologias de produção), ou seja, há liberação de membros da família para exercer outras atividades, agrícolas e não agrícolas, complementando, assim, a renda familiar.

¹ Professor associado do IGEOG/UERJ e bolsista CNPq CNE/Faperj.

Atualmente, entre as atividades não agrícolas presentes no campo, merecem destaque as atividades turísticas, devido à proliferação das áreas de lazer. O desenvolvimento de atividades turísticas está associado ao processo de urbanização e ao transbordamento do espaço urbano para o espaço rural (Graziano da Silva, 1998). Para esse autor, “novas” formas de ocupação passaram a proliferar no campo. Entre elas, destacam-se: um conjunto de profissões tidas como urbanas (trabalhadores domésticos, mecânicos, secretárias etc); moradias de segunda residência; atividades de conservação; áreas de lazer (hotéis-fazenda, fazendas-hotel, pesque-pague, entre outras). Essas *novas* atividades demandaram um número crescente de pessoas para dar sustentação à expansão das atividades turísticas no espaço rural, o que possibilitou que os membros das famílias, liberados das atividades rotineiras da exploração agrícola, pudessem ocupar as vagas geradas pela expansão do turismo nos espaços rurais.

Para Rua (2007), há algum tempo o espaço rural é percebido como terra-mercadoria capaz de gerar outras mercadorias. Surgem novas territorialidades resultantes da interação campo-cidade. Essa hibridez está presente nas diversas atividades que encontramos no campo e está associada às atividades rurais. Ainda segundo Rua, existem duas vertentes da teoria social crítica que analisam as relações entre o urbano e o rural. A primeira procura trabalhar com a noção de urbanização do rural, com a incorporação do rural ao urbano, associada à ideia de um *continuum*, ou seja, haveria graus distintos de urbanização do território. A outra postula a urbanização no rural e entende a manutenção de especificidades no espaço rural, mesmo com a impactação do urbano.

Nesse sentido, concordamos com Ferrão (2000) ao sinalizar que deveremos levar em consideração que o espaço rural não é somente agrícola. Rompe-se deliberada e explicitamente com dois elementos secularmente associados ao rural: sua função principal não é mais, necessariamente, a produção de alimentos, nem a atividade predominante é a agrícola, reforçando, assim, a noção de hibridez do espaço rural. A dimensão não agrícola vem aumentando e, muitas vezes, está associada à noção de patrimônio, com a renaturalização da paisagem. Enfatizam-se a preservação e a proteção da natureza, valoriza-se a busca pela autenticidade dos elementos paisagísticos locais, a conservação e a proteção dos patrimônios históricos e culturais, o resgate da memória e da identidade. Dessa forma, há uma mercantilização das paisagens, com a consequente expansão das atividades de turismo e de lazer.

Na atualidade, com a (re)valorização da natureza, com o retorno de pessoas para as áreas rurais, esses territórios passaram a ser alvo de atenção e a merecer uma visão não mais setorial, mas territorial. Em outras palavras, busca-se uma forma de promover o desenvolvimento sob a ótica do território, a fim de romper com a visão setorial até então dominante e com um perfil mais adequado ao período pós-fordista. Reafirma-se a revalorização de temas associados à produção familiar, à conservação do ambiente, às estratégias de sobrevivência dos produtores rurais, à busca pelas múltiplas funções do espaço rural e à proliferação de atividades não agrícolas.

Esses processos ocorrem no estado do Rio de Janeiro, porém não com a mesma intensidade. Em função de seu elevado grau de urbanização, das dificuldades com a mecanização de seus solos e da expansão imobiliária decorrente, sobretudo com as atividades turísticas desenvolvidas, temos muito mais mudanças que permanências no espaço rural fluminense. As permanências seguem o padrão brasileiro de concentração fundiária, precariedade nas relações de trabalho e conflitos pelo acesso à terra. As mudanças, por sua vez, estão associadas à valorização do espaço rural, com a presença crescente de pessoas oriundas da cidade em busca de áreas de lazer ou de uma segunda residência, devido à valorização das terras e ao surgimento de atividades não agrícolas (em geral,

de baixa qualificação). Essas terras, então, passam a ser ocupadas pelos integrantes das famílias de produtores rurais.

Este ensaio tem o objetivo de efetuar algumas considerações sobre a permanência da produção familiar e o avanço de atividades não agrícolas no território fluminense, sobretudo aquelas associadas às atividades turísticas no território fluminense. Buscamos embasamento no referencial bibliográfico, em dados censitários e em informações de cunho qualitativo, obtidas nos trabalhos de campo. Tudo isso nos levou a identificar algumas características da produção familiar e das atividades turísticas desenvolvidas no estado do Rio de Janeiro. Assim, apresentamos um debate sucinto sobre a produção familiar e as atividades turísticas, bem como sobre seu reatamento no território fluminense.

2. Debate sobre produção familiar

Existe um consenso em torno do conceito de *produção familiar*, que se caracteriza pelo trabalho familiar na exploração agropecuária e pela propriedade dos meios de produção. Para Wanderley (1999), atualmente a agricultura familiar se constitui em um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares. Dessa forma, o campesinato corresponde a uma dessas manifestações específicas da agricultura familiar.

A concepção que prioriza a agricultura familiar como unidade de análise está centrada nos estudos da FAO/Incrá (1994), que divide a exploração agrícola em modelo patronal e familiar, e no estabelecimento do Programa Nacional de Produção Familiar (Pronaf). Objetiva-se estabelecer diretrizes e ações que levem ao desenvolvimento rural e à integração dos produtores familiares ao mercado e, para tanto, realiza-se uma classificação dos agricultores familiares brasileiros. Assim, a agricultura de propriedade familiar se caracteriza por estabelecimentos em que a gestão e o trabalho estão intimamente ligados, ou seja, os meios de produção pertencem à família, e o trabalho é exercido por esses mesmos proprietários em uma área relativamente pequena ou média.

Segundo a classificação da FAO/Incrá (2000) e Molina Filho (1979), os agricultores familiares estariam classificados em três eixos: consolidados, em transição e periféricos ou de subsistência.

A valorização do mundo rural e as transformações que ocorrem nas unidades familiares de produção, como, por exemplo, a diminuição do tempo destinado às atividades agrícolas, a diminuição da renda agrícola, a busca por outras atividades para a complementação de renda, o retorno para as áreas rurais de pessoas oriundas do espaço urbano, sobretudo aquelas que se aposentam, que, então, passam a se dedicar também às atividades agrícolas, tudo isso tem levado a uma busca pela caracterização desses fenômenos, os quais, de forma genérica, têm sido denominados de *unidades familiares de produção pluriativas*.

No Quadro 1, encontramos os principais temas investigados no setor agropecuário brasileiro, a partir da metade do século XX. Nele, é possível observar que a abordagem da agricultura familiar foi-se intensificando a partir de meados da década de 1980 e se consolidou na década de 1990. A agricultura familiar, embora não seja uma categoria recente, ganhou importância na análise do espaço rural brasileiro apenas na década de 1990.

Quadro 1. Síntese dos principais temas voltados à agricultura a partir de 1950

Período	Principais discussões e vertentes
Décadas de 1950 e 1960	Três vertentes principais: <ol style="list-style-type: none"> 1) Agricultura como entrave econômico 2) Visão funcionalista da agricultura 3) Visão descritiva Nenhuma delas destacava a agricultura familiar.
Década de 1970	A pequena produção e o campesinato ganham destaque nas análises. Duas vertentes de análise: <ol style="list-style-type: none"> 1) Análise da pequena produção como relação não capitalista 2) Análise da pequena produção em relação à subordinação ao capital Não trabalha especificamente com agricultura familiar, mas vê a pequena produção como uma solução para os problemas brasileiros.
Década de 1980	Discussões mais importantes: <ol style="list-style-type: none"> 1) Debate sobre a modernização da agricultura e suas consequências para a sociedade brasileira 2) Modernização dependente da ação do Estado 3) Complexo agroindustrial como unidade analítica fundamental 4) A pequena produção passa a não mais ser vista como uma solução para os problemas brasileiros 5) A agricultura familiar começa a ganhar destaque no final da década
A partir da década de 1990	<ol style="list-style-type: none"> 1) Agricultura familiar como unidade analítica fundamental 2) Emergência de um novo paradigma tecnológico (sustentabilidade ambiental) 3) Agricultura familiar como possibilidade de atingir cidadania e como receptora de políticas públicas, com destaque para o Pronaf Duas vertentes principais: <ol style="list-style-type: none"> 1) Agricultura familiar como uma forma de produção camponesa 2) Agricultura familiar como resultado do processo de modernização da agricultura

Fonte: Hespanhol, R. A. de M. (2000) e Cortes, C. P. (2008).

Apesar da grande complexidade na elaboração do conceito, algumas características devem basear a análise e definição da chamada agricultura familiar. Assim como Hespanhol (2000) destaca a terra, o trabalho e a família como fatores fundamentais para sua definição, Abramovay (1997) afirma que

a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é

perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas (p. 3).

O conceito de agricultura familiar – ou pelo menos aquilo que assim é considerado nas políticas públicas – foi politicamente construído. Essa construção visou englobar interesses, inclusive a melhoria das condições dos trabalhadores do campo, que, incluídos nessa categoria, teriam a real possibilidade de tentar um financiamento para produção ou aumento de produtividade.

O campo não pode mais ser visto como sinônimo de área em que se desempenham apenas atividades agrícolas, embora estas mantenham a grande importância em sua dinâmica. Porém, a diversidade de atividades desenvolvidas e de condições sociais, culturais e políticas desse espaço contribui para aumentar a complexidade de seu funcionamento, não representando uma área apenas de produção de bens para os grandes centros urbanos ou abastecimento dos complexos agroindustriais. As atividades diversas e as relações envolvidas no espaço rural hoje são tantas que não podem sequer ser entendidas como transformações facilmente padronizáveis. Ocorrem de acordo com as localidades e as realidades envolvidas, o que torna ainda mais complexo seu estudo. Essas transformações não são homogêneas no espaço e apresentam particularidades de acordo com os interesses dos agentes envolvidos, com a disposição de infraestrutura, a atuação governamental e a proximidade com os grandes centros urbanos, entre outros fatores.

De todos os fatores apontados, destaca-se como um dos mais importantes na difusão das transformações no campo a proximidade com os maiores e mais dinâmicos centros urbanos. A proximidade com as regiões metropolitanas favorece a criação de fluxos em direção às áreas rurais em busca de amenidades, além da construção de casas de segunda residência. As classes média e alta, principais consumidoras dos espaços rurais, atraem investimentos privados e públicos, que melhoram a infraestrutura e os atrativos locais, facilitando, portanto, a reprodução de atividades turísticas e não agrícolas no meio rural.

Nesse sentido, as atividades turísticas merecem destaque na análise das relações existentes nos ambientes rurais, contribuindo para a intensa transformação espacial das áreas em que atuam, principalmente naquelas próximas dos maiores centros urbanos. O chamado turismo em espaços rurais atrai cada vez mais adeptos e movimenta a economia dos municípios do estado do Rio de Janeiro. Para Marafon (2006, p. 27),

[...] o turismo em espaços rural se afirma como mais uma alternativa que se coloca para os agricultores familiares venderem sua força de trabalho e complementar sua renda, reforçando o caráter pluriativo das unidades familiares de produção e inseridos no processo de produção do espaço.

O estado do Rio de Janeiro, em virtude de seu alto grau de urbanização e rede de circulação e comunicação, apresenta elevado grau de conexão entre as áreas de produção familiar e as práticas de atividades turísticas.

3. Agricultura familiar e atividades turísticas: reflexões a partir do território fluminense

O estado do Rio de Janeiro é o segundo polo industrial do Brasil, produz cerca de 71% do petróleo nacional e também é o maior produtor de gás natural do país. Além disso, sua produção de pescado é significativa, assim como a olericultura, a horticultura e o leite. Sua paisagem natural é bastante diversificada, mas também muito degradada, devido às atividades socioeconômicas vivenciadas pelo estado. Corresponde ao estado mais urbanizado do país, com 96,7% da população vivendo em áreas urbanas, e, de acordo com Rua (2007), o território fluminense é marcado por eixos de urbanização nos quais ocorre uma urbanização mais densa. Percebe-se, assim, uma redistribuição populacional e das atividades produtivas (Limonad, 1996).

Tabela 1. População urbana, rural e índice de urbanização no estado do Rio de Janeiro – 1950/2010

Ano	Total	Urbana	Rural	Índice (%)
1950	4.674.645	3.392.653	1.281.992	72,6
1960	6.709.891	5.300.629	1.409.262	79,0
1970	8.994.802	7.906.146	1.088.656	87,9
1980	11.291.520	10.368.191	923.329	91,8
1991	12.807.706	12.199.641	608.065	95,3
2000	14.391.282	13.655.386	569.816	94,9
2010	15.989.929	15.464.239	525.690	96,7

Fonte: Censos Demográficos/IBGE – 1950/1960/1970/1980/1991/2000/2010 (Negef, 2015).

Apesar da ainda acentuada concentração da população fluminense na Região Metropolitana, nos anos 1990 surgem algumas novidades em relação à dinâmica demográfica do estado do Rio de Janeiro. A mais importante diz respeito à simultaneidade de um movimento tendente à despolarização espacial, com a emergência de novos centros de porte médio no interior do estado, e de outro, em sentido inverso, de consolidação dos centros urbanos metropolitanos (Santos, 2003). Apesar de a expansão demográfica nas bordas metropolitanas manifestar-se desde, pelo menos, a década de 1950, esse movimento não resultou em desconcentração da população em direção ao interior.

Rua (2002, pp. 47-8) assinala que, no estado do Rio de Janeiro, “prevalece a projeção da metrópole carioca, que intensifica o processo de urbanização”, e essa intensa urbanização marca forte-

mente o território fluminense nas “dimensões política, cultural, comportamental e econômica, onde o significado dessa área urbana torna-se esmagador”. O interior fluminense vem-se destacando não somente em termos de crescimento demográfico (ainda pequeno), mas também no abastecimento de produtos agropecuários (hortigranjeiros, leite e produtos com nicho de mercado especializado, como orgânicos, ervas finas, leite de cabra, trutas, entre outros), além de estar servindo como área de lazer para a prática de turismo rural, de ordem contemporânea, com a proliferação de hotéis-fazenda, pousadas, spas e casas de segunda residência. A prática desse turismo em espaço rural segue, em boa medida, os eixos de urbanização na Figura 1, tratando-se de uma prática alternativa ao turismo intenso que ocorre na costa fluminense (Costa Verde e Baixadas Litorâneas).

Figura 1. Eixos de maior densidade de urbanidades no estado do Rio de Janeiro

Fonte: Adaptado de João Rua.

No Quadro 2, tem-se uma radiografia da distribuição dos estabelecimentos agrícolas no estado do Rio de Janeiro para os anos de 1996 e 2006, constatando-se que a maioria desses estabelecimentos apresenta menos de 100 ha. Em 1996, representavam 75% e, em 2006, 84%, o que imprime significativa importância à produção familiar e às estratégias que esses agricultores encontram para fazer frente à queda na renda agrícola e ao intenso processo de urbanização. Observa-se, de 1996 a 2006, um aumento do número de estabelecimentos, mas uma pequena diminuição da área ocupada por eles.

Constata-se que a estrutura fundiária é marcadamente concentrada no território fluminense. A exceção são os municípios da Região Serrana fluminense, mais especificamente na área chamada “Alto da Serra” (Teresópolis, Petrópolis e Nova Friburgo). O fato de essa região ter tido sua gênese associada a um projeto de colonização agrícola, a partir da vinda de imigrantes, aliado às condições desfavoráveis ao desenvolvimento de culturas tropicais, acabou por garantir uma organização do espaço rural caracterizada por um processo de ocupação territorial com base em pequenas propriedades de policulturas.

Quadro 2. Distribuição dos estabelecimentos agrícolas no estado do Rio de Janeiro (1996-2006)

Grupos de área	Censo Agropecuário 1996		Censo Agropecuário 2006	
	Número de estabelecimentos	Área	Número de estabelecimentos	Área
Menos de 10 hectares	3.962	14.293	5.275	16.667
10 a menos de 100 hectares	13.647	659.266	14.384	653.596
100 a menos de 1.000 hectares	5.860	1.247.891	7.572	1.667.703
1.000 hectares e mais	319	1.261.615	376	1.153.317
Sem informação ou sem área	0	-----	1.875	-----
Total	23.788	3.183.065	29.482	3.491.283

Fonte: FIBGE. Censos Agropecuários, 1996 e 2006.

De acordo com Ribeiro (2002) apesar de o estado do Rio de Janeiro apresentar totais baixos em relação aos totais nacionais, quanto às variáveis *pessoal ocupado*, *valor da produção*, *quantidade colhida* e *modernização*, seu quadro agrário apresenta relevância e acentuado contraste no âmbito estadual. Esses contrastes decorrem da agropecuária tradicional, que domina a maior porção do território fluminense, confrontando-se com outra, de caráter moderno. De um lado, os produtos tradicionais, exemplificados pela cana-de-açúcar, além de cultivos de subsistência; do outro, culturas que requerem técnicas aprimoradas, como tomate, horticultura, fruticultura e olericultura, marcando o

Cinturão Verde da metrópole e ocupando os municípios integrantes das regiões Serrana, Centro-Sul e Noroeste Fluminense.

Os agricultores familiares, em sua maioria, passam por uma grave crise, devido à concentração de renda e à falta de políticas agrícolas efetivas. Os estabelecimentos acima de 100 ha correspondem a 26% e ocupavam uma área de 78% em 1996. Em 2006, esse padrão se mantinha, com pouca alteração, uma vez que corresponde a 27% dos estabelecimentos em uma área de 80%.

Por outro lado, verifica-se que os pequenos proprietários – bastante numerosos no estado do Rio de Janeiro – têm pouca possibilidade de realizar investimentos em suas terras, uma vez que operam com retornos muito reduzidos para permitir a capitalização de suas unidades de produção. Esse é o caso dos pequenos proprietários fornecedores de leite às cooperativas do Noroeste Fluminense, do Médio Vale e Centro-Sul Fluminense, que, embora detenham a propriedade da terra, têm uma forma de inserção na produção regional que implica reduzida autonomia na condução do processo produtivo, e limitação quanto à possibilidade de investir em suas unidades de exploração. Em outros casos, como na Região Serrana, em que há predomínio da produção de hortigranjeiros nas pequenas propriedades, a pluriatividade é adotada como fonte de renda alternativa pelos agricultores. Muitos, além de realizarem suas funções na propriedade agrícola, exercem atividades não agrícolas (como caseiros, motoristas, empregados domésticos, fiscais de rodovia etc.) nas casas de veraneio, nos hotéis e nas prefeituras da região.

Constata-se que, em território fluminense, as transformações no espaço rural, como a prática do turismo rural e a disseminação de empregos não agrícolas, encontram-se associadas ao intenso processo de urbanização, o que pode ser sintetizado da seguinte forma (ver Figura 1): eixo que se desloca da RMRJ em direção a Angra dos Reis e Paraty, a região da baía da Ilha Grande, também conhecida como Costa Verde, em que se destacam as atividades de turismo, o que tem provocado intensa transformação, com grande apelo para o turismo de praia, histórico e ecológico.

Essa região concentra grandes reservas de Mata Atlântica, inúmeras ilhas (entre elas, a Ilha Grande) e cidades históricas, como Paraty. Boa parte do território integra áreas de proteção ambiental, o que inibe a prática de atividades agrícolas. A expressiva ocupação por grandes hotéis de luxo e condomínios fechados tem provocado muita especulação imobiliária, expulsando os produtores familiares de suas terras. A eles, resta inserir-se no mercado de trabalho urbano ou na prática da agricultura extrativista, com a exploração de banana e palmito. Além disso, assessorados pelos técnicos governamentais da Emater e do Ibama, exercem atividades não agrícolas, trabalhando em hotéis e condomínios.

Outro eixo que encontra no turismo um forte vetor de crescimento é o que segue da RMRJ para Cabo Frio, Búzios e Macaé, a região das Baixadas Litorâneas (Costa do Sol). Observa-se intenso crescimento de turismo de massa na direção do litoral norte do estado do Rio de Janeiro, o que provoca intensa urbanização e conduz à proliferação de segundas residências. Isso, por sua vez, leva ao fracionamento da terra e à expulsão das atividades agropecuárias, com vistas à criação de loteamentos e condomínios. A presença da Petrobras em Macaé representa, de acordo com Rua (2002, p. 48), “uma avassaladora especulação imobiliária, com profundas marcas de segregação socioespacial”.

Um eixo adicional de urbanização é o que ocorre no “topo da serra” (Rua, 2002). Seus principais representantes são os municípios de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis. Essa área é marcada

pela produção de hortigranjeiros e flores para o abastecimento da RMRJ. Também apresenta um tradicional e significativo polo industrial (com destaque para a moda íntima), além de haver inúmeros sítios de veraneio, casas de segunda residência, hotéis-fazenda, pousadas e spas, estabelecimentos associados aos aspectos naturais da região. Corresponde a uma região alternativa ao turismo de praia da Costa Verde e da Costa do Sol.

Nessa área, ocorre intensa produção agrícola de base familiar, centrada nos pequenos estabelecimentos, na mão de obra familiar e na baixa tecnificação da lavoura. Esses produtores, na maioria das vezes, ficam à mercê dos atravessadores, que controlam o processo de comercialização da produção. Sua produção consiste em alface, brócolis, couve-flor, tomate, entre outros, e eles acabam tendo uma baixa remuneração por suas atividades agrícolas. Na complementação da renda familiar, inserem-se no mercado de trabalho não agrícola como jardineiros, caseiros e domésticos, ou exercem suas atividades em empresas das cidades da região. Essa área também produz orgânicos e hidropônicos com vistas a um mercado consumidor restrito à Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Na Região Serrana fluminense, nota-se a presença marcante de atividades relacionadas ao turismo rural contemporâneo e em sintonia com a produção familiar.

O território que engloba as regiões do Médio Vale do Paraíba e Centro-Sul Fluminense, além de leite, contribui com a produção de hortigranjeiros para o abastecimento da RMRJ, embora apresente, como marca de sua paisagem, a atividade cafeeira, com a presença de grandes casas nas sedes das fazendas. Essa peculiaridade levou os municípios da área a organizarem o “Festival do Vale do Café”. No entanto, não se verifica interatividade com os produtores familiares, que continuam a buscar complementação de renda nas indústrias da região, as quais concentram um grande número de empresas do setor metalmeccânico.

As regiões Norte e Noroeste Fluminense, em função da distância da área metropolitana, apresentam fortes características rurais, com a produção de leite, cana-de-açúcar, café e frutas. Esse quadro tem sido alterado com a presença da Petrobras e de seus *royalties*, que têm gerado emprego também para os agricultores dessas regiões. O estabelecimento de um roteiro turístico associado à atividade canaveieira é incipiente, encontrando resistência por parte dos proprietários das fazendas.

Em termos de permanência e mudança associadas ao território fluminense, o intenso caráter de urbanização e a expansão da metropolização auxiliaram a acirrar as singularidades presentes no espaço rural fluminense e a intensificar os conflitos fundiários no estado. Devido à intensa urbanização, muitos assentamentos se situam em áreas extremamente urbanizadas, articulando atividades agrícolas e não agrícolas, o que aponta para o rompimento de uma concepção limitada de assentamento, empregada na atualidade. Tem-se, assim, um espaço rural em transformação, que, de acordo com Rua (2002, p. 24), conta com a presença de “urbanidades no rural, que seriam todas as manifestações do urbano em áreas rurais sem que se tratem esses espaços formalmente como urbanos”, mas que não se contrapõe à ruralidade, entendida como “um modo particular de utilização do espaço e da vida social” (Moreira, 2005, p. 21).

O desenvolvimento do modo de produção familiar no espaço rural fluminense, bem como suas estratégias de sobrevivência e reprodução, está associado ao processo de urbanização. Existe uma inter-relação, embora assimétrica, entre o rural e o urbano que resulta no transbordamento do espaço urbano para o espaço rural. No entender de Lefebvre (2001), o “tecido urbano” não se limita a for-

mas fixas urbanas, consistindo também no suporte de um modo de viver urbano, que se espalha pelo território de forma desigual, deixando setores mais ou menos amplos escaparem. Trazidas pelo tecido urbano, as urbanidades (rede elétrica, carros, serviços e sistema de valores) penetram nos espaços rurais, porém estes não perdem por completo algumas de suas especificidades, como, por exemplo, o modo de produção familiar no campo.

No estado do Rio de Janeiro, de acordo com Rua (2007), a metrópole carioca exerce um poder hegemônico e sua projeção para o território fluminense intensifica o processo de urbanização em seus aspectos políticos, culturais, ideológicos e econômicos, “com uma urbanização difusa, que ultrapassa os limites das cidades, alcançando todo o território do estado” (p. 283).

A intensificação do processo de urbanização no território fluminense vem, portanto, provocando profundas mudanças socioespaciais, e *novas* formas de ocupação passaram a proliferar no campo, destacando-se: o conjunto de profissões tidas como urbanas (trabalhadores domésticos, mecânicos, secretárias, entre outros); segundas residências; atividades de conservação; áreas de lazer (hotéis-fazenda, fazendas-hotel, pesque-pague, entre outras). Essas atividades demandam uma quantidade crescente de mão de obra não agrícola no espaço rural.

Os agricultores familiares buscam outras atividades para complementar sua renda familiar. É inegável que, nas últimas décadas, houve inúmeras transformações na unidade de produção familiar, como a diminuição do tempo destinado à atividade agrícola, devido à progressiva incorporação das novas tecnologias na produção e à diminuição da renda auferida. Assim, vai-se delineando o fenômeno da pluriatividade no estado do Rio de Janeiro, um fenômeno social e espacialmente desigual, com grande relevância em torno dos eixos de urbanização emanados pela metrópole carioca. Esse fenômeno não atinge, de forma significativa, os produtores que trabalham em áreas mais remotas, que ainda mantêm profunda dependência da renda agrícola e apresentam profunda dificuldade de reprodução e sobrevivência.

Embora, no estado do Rio de Janeiro, existam discrepâncias entre a Região Metropolitana e o interior, ocorre maior dinamização do interior do estado, com o surgimento de novos eixos de desenvolvimento. Isso não significa que a metrópole tenha perdido a hegemonia, mas o fato é que, no interior, desenvolveram-se atividades importantes para a economia e o crescimento do estado como um todo. Entre essas atividades, destacam-se aquelas associadas ao turismo rural, como hotéis-fazenda, fazendas-hotel, agroturismo, turismo de aventura. Rodrigues (2001) classifica essas atividades em duas categorias: tradicionais (de origem agrícola, pecuária e colonização) e contemporâneas (hotéis-fazenda, spas rurais, segunda residência).

Como nosso objetivo é conhecer as características das abordagens da produção familiar e suas estratégias de sobrevivência, por meio de empregos agrícolas ou não agrícolas, bem como o papel que o turismo rural vem desempenhando nesse processo, foi feito um levantamento dos dados relacionados à estrutura fundiária (tabelas e mapas a seguir), à condição legal, ao emprego de tecnologia, aos municípios que desenvolvem atividades de turismo rural e à distribuição da população (urbana e rural). Esse levantamento sobre a agricultura familiar e o turismo rural no estado do Rio de Janeiro foi realizado, fundamentalmente, em bibliotecas de instituições públicas e privadas, além de pesquisas feitas em sítios eletrônicos das prefeituras municipais do estado do Rio de Janeiro.

Assim, a partir dos dados levantados e das observações de campo, foi possível constatar que, hoje, define-se *rural* como um espaço híbrido em que as relações tradicionais de produção e existência não são mais suficientes para caracterizá-lo – nesse período que sucede a Revolução Verde. Elementos tidos como urbanos ou rurais extrapolam as fronteiras do campo e da cidade, transformando-os em espaços de interação híbrida.

Nesse sentido, é importante compreender como as novas relações entre cidade e campo são processadas no espaço em suas escalas distintas e como são percebidas pelos diversos grupos sociais envolvidos no processo de ressignificação do rural. Entre as transformações que marcam esse estreitamento entre os espaços rural e urbano, encontra-se o desenvolvimento de atividades turísticas no espaço rural, associadas ao processo de urbanização, culminando no transbordamento para o campo de formas de ocupação, profissões, atividades e pensamentos predominantemente urbanos.

Percebe-se que a pluriatividade tem-se intensificado, em função da queda da renda agrícola, avançando para as áreas próximas aos grandes centros urbanos, devido ao incremento do fluxo de turistas para os espaços rurais, com a revalorização da natureza, entre outros fatores. Nas áreas mais distantes, os produtores familiares continuam na dependência da renda agrícola e ainda enfrentam inúmeros problemas para a realização de suas atividades.

O processo de urbanização do território fluminense pode ser caracterizado pelos eixos de urbanização (Figura 1) – em que se verificam a prática do turismo rural e a disseminação de empregos não agrícolas – em relação, preferencialmente, às áreas rurais mais distantes desses eixos: o eixo em direção à região da Costa Verde (com destaque para Angra dos Reis e Paraty), saindo da RMRJ, tendo em seus territórios áreas de proteção ambiental (reservas, APAs e parques), as quais, logicamente, restringem as práticas agrícolas.

O turismo ganhou destaque nessa região a partir da década de 1970, com a construção da Rodovia Rio–Santos (BR-101), o que possibilitou um grande fluxo de investimentos, por meio da implantação de hotéis, pousadas e condomínios, verificando-se, então, o aumento da especulação imobiliária e a expulsão dos produtores familiares de suas terras. Restaram-lhes, portanto, o exercício de atividades não agrícolas (ocupações em hotéis e condomínios) e a prática de uma agricultura extrativista, como, por exemplo, a exploração de banana e palmito.

Esse destaque no turismo se estende ao eixo que segue da RMRJ em direção a Cabo Frio, Búzios e Macaé, a região das Baixadas Litorâneas (Costa do Sol). Aqui, a intensa urbanização e a proliferação de segundas residências levaram ao fracionamento da terra e à expulsão das atividades agropecuárias, com vistas à criação de loteamentos e condomínios.

Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis também configuram um eixo de urbanização marcado pela produção de hortigranjeiros e flores que abastecem a RMRJ. A produção agrícola se baseia na mão de obra familiar, centralizada em pequenos estabelecimentos com baixa tecnificação, em que a comercialização é realizada, em grande parte, pelos atravessadores. A RJ-130, que liga Teresópolis a Nova Friburgo, além de se ter transformado em importante eixo de circulação e escoamento da produção, é palco de um circuito turístico (Circuito Tere–FRI) que contribui para inúmeras manifestações urbanas que transformam a dinâmica desse espaço rural e nos fazem refletir como o capitalismo modifica e particulariza o rural fluminense, adaptando-o para melhor responder às exigências referentes a esse processo.

Os produtores familiares das regiões do Médio Vale do Paraíba e do Centro-Sul Fluminense buscam a complementação de renda nas indústrias da região, as quais concentram um grande número de empresas do setor metalmeccânico. Suas paisagens são marcadas pela atividade cafeeira, com a presença de fazendas que passam por um intenso processo de refuncionalização, transformando-se, por exemplo, em pousadas. Esse processo, contudo, não ocorre de maneira homogênea nesses territórios, pois é preciso levar em conta a falta de recursos econômicos por parte de alguns proprietários e a ineficiência ou falta de iniciativa do poder público, entre outros fatores determinantes.

As regiões Norte e Noroeste Fluminense, em função do distanciamento da RMRJ, apresentam fortes características rurais, com a produção de leite, cana-de-açúcar, café e frutas. No entanto, esse quadro tem sido alterado pela presença da Petrobras e de seus *royalties*, que também têm gerado emprego para os agricultores dessas regiões.

Sobre a prática de atividades turísticas nesses eixos de urbanização, a partir das informações adquiridas nos sítios das prefeituras municipais, é possível tecer algumas considerações:

- Nem todas as prefeituras dispunham de informações sobre essa atividade em seus endereços eletrônicos, o que nos leva a refletir sobre a relevância do turismo e, particularmente, do turismo rural em seus territórios.
- Boa parte dos sítios pesquisados fornecia informações de caráter “atrativo”, e não explicativo, acerca dessa prática, o que nos induz a pensar nas políticas ali existentes.
- Há poucas referências sobre serviços de assistência ao produtor rural, como promoção de cursos, projetos e incentivos, no que tange ao seu direcionamento para a atividade turística nas áreas rurais, cabendo, portanto, alguns questionamentos sobre a forma como esses produtores estão inseridos no processo.
- É importante descobrir o efetivo papel do setor público no desenvolvimento das atividades turísticas, pois, nitidamente, percebe-se a preocupação em atrair turistas, mas não em esclarecer a maneira como as atividades se desenvolvem ou suas fragilidades, realçando-se apenas suas potencialidades.
- Há destaque para os atrativos naturais e históricos, omitindo-se quanto aos assuntos relacionados à sustentabilidade socioambiental.

Em face dessas considerações, conclui-se que o interior fluminense, embora tenha pouca expressão em termos demográficos, desempenha papel fundamental na dinâmica territorial do estado, principalmente por causa das variadas iniciativas em curso nas áreas rurais que estão marcadas pelo intenso processo de urbanização. Essas inovações transformadoras ressignificam o rural e modificam as estratégias de sobrevivência e reprodução do modo de produção familiar, com o desenvolvimento de atividades tipicamente urbanas que proporcionam complementaridade da renda familiar no campo.

A atividade turística no estado do Rio de Janeiro segue influenciada pela acentuada diversidade de paisagens, por suas características topográficas e climáticas, além da grande variedade cultural presente no território fluminense. Além disso, observa-se que essa atividade, nas últimas décadas, tem-se mostrado fundamental para o desenvolvimento econômico de alguns municípios e até mesmo do estado, demandando, portanto, avaliação e planejamento pautado nas inúmeras possibilidades das práticas turísticas. Essas práticas surgem de suas potencialidades, que, com frequência, estão escondidas em características advindas de influências cultu-

rais e/ou naturais. Ressalte-se que o estado do Rio de Janeiro é formado por uma diversidade significativa nas formas de relevo, apresentando ambientes de serra, colinosos e de baixadas fluviais e marinhas, o que também dificulta o processo de ocupação e uso do solo.

O estado do Rio de Janeiro se destaca nacionalmente em relação ao desenvolvimento do turismo, recebendo uma grande quantidade de turistas. É, sem dúvida, uma das portas de entrada para quem chega do exterior e também para aqueles que vêm de outras partes do país. Ribeiro (2003) destaca três condicionantes que influenciam o desenvolvimento da atividade turística no território fluminense: a) suas características físicas ou naturais; b) os elementos históricos de formação cultural e as atividades econômicas; e c) o papel dos transportes.

Alguns autores ligados ao turismo, bem como os agentes propulsores dessa atividade (Embratur, Turis-Rio, entre outros), ao trabalharem as modalidades desenvolvidas no estado pensaram em tipologias (Ribeiro, 2003) ou caracterizações regionais para os municípios. Em pesquisas recentes e estudos desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense (Negef), foi elaborada uma classificação que define as áreas turísticas no território fluminense. Assim, o estado do Rio de Janeiro estaria subdividido nas seguintes áreas turísticas:

- *Ecoturismo*: ligado ao desenvolvimento de práticas ecoturísticas no noroeste do estado;
- *Praia e ecoturismo*: destacam-se os municípios de Angra dos Reis e Paraty;
- *Praia e rural*: nessas áreas, destacam-se as práticas turísticas relacionadas à praia. Estão incluídos os municípios que reúnem elementos históricos e/ou rurais que permitem o desenvolvimento de atividades relacionadas a esses elementos;
- *Praia*: desenvolvem-se atividades de praia, sendo marcante a presença de imóveis de segunda residência;
- *Serra e mar*: encontram-se algumas atividades relacionadas a atividade rural e praia;
- *Serra*: dividida em serra de turismo consolidado e não consolidado, essa área engloba os municípios serranos, caracterizados pela existência de atividades históricas, pela presença de museus, igrejas e fazendas, além dos espaços rurais que são usados como hotéis-fazenda e pesque-pague, bem como para a prática de atividades voltadas à vida rural;
- *Serra da Mantiqueira*: o turismo adentra a área serrana da Mantiqueira, pautando-se na questão ecológica. O município de Itatiaia, único constituinte dessa área, guarda estreita relação com a Serra da Mantiqueira, fazendo com que seu clima seja permeado de amenidades advindas da altitude, o que favorece, sobremaneira, a atividade turística;
- *Baixada Fluminense*: embora não tenha uma prática turística consolidada, essa área apresenta grande potencial de turismo pautado na história e na cultura dos municípios;
- *Diversificado*: incorporadora dos municípios do Rio de Janeiro e de Niterói, essa área de turismo diversificado configura-se como um território de intenso apelo e interesse turístico;
- *Vale do Café*: destacam-se as atividades de resgate da memória do período cafeeiro no Brasil. As práticas turísticas estão relacionadas à visitação de fazendas e casarios históricos, ao consumo de produtos de época e produtos rurais, entre outros.

O desenvolvimento do turismo no estado do Rio de Janeiro, portanto, tem forte ligação com suas bases geográficas. O fenômeno turístico é entendido como próprio da modernidade e da sociedade de consumo, a qual, cada vez mais, se apropria dos lugares, em suas diferentes vertentes, para vender momentos, lugares e práticas. Hoje, entendemos a necessidade de se buscar a valorização de áreas interioranas e de promover o turismo como um fator importante e de suporte à economia dos municípios. Mas, para tanto, é necessário pensar em políticas públicas que deem suporte a essa atividade.

A espacialização dessas marcas turísticas nos aponta para algumas áreas em que o turismo se caracteriza pela hibridiz. São municípios classificados como áreas turísticas distintas, embora a prática das atividades relacionadas ao turismo ocorra de maneira semelhante. Os espaços híbridos, portanto, se caracterizam, sobremaneira, como espaços em que coexistem características, no caso vertente, de tipos diferentes. Nesses espaços, pode predominar uma característica sobre a outra, porém negligenciar a presença de aspectos relacionados a uma marca diferente significa amputar de nossa análise uma parte importante componente do real. Exemplifica-se com o município de Itaiaia, que apresenta características, principalmente em seu aspecto natural, muito peculiares, que se relacionam às amenidades da Serra da Mantiqueira. Porém, seu processo de formação histórica não está desvinculado dos demais municípios do Vale do Café.

O certo é que o estado do Rio de Janeiro apresenta uma grande variedade de possibilidades para o desenvolvimento da atividade turística, seja pela valorização das paisagens naturais, seja pelo patrimônio histórico cultural ou ainda pelas modalidades de turismo mais recentes, como o ecoturismo e o turismo de aventura. No entanto, o turismo ainda não está consolidado em boa parte do estado. Em uma parcela considerável dos municípios, as diversas possibilidades de atrativos são subaproveitadas ou até mesmo não exploradas, por falta de infraestrutura de transporte, hospedagem e lazer.

Nesse contexto, a atividade turística tem sido considerada um fator relevante para o crescimento econômico do estado, por sua capacidade de atrair investimentos, fluxo de capitais e recursos financeiros, bem como de gerar empregos e renda e de transformar seus espaços. Ribeiro (2003) afirma que essas transformações são influenciadas por três condicionantes: o físico ou natural; o histórico e as atividades econômicas; e o papel dos transportes. Acrescenta que as rodovias são fundamentais para a expansão do turismo no estado, principalmente a partir da década de 1970, com a construção de algumas vias (por exemplo, a ponte Presidente Costa e Silva e a rodovia Rio–Santos) e a duplicação de outras (rodovias Presidente Dutra e Washington Luís).

De forma geral, o turismo se desenvolve no estado apoiado na conjunção desses três elementos, permeados por fatores econômicos, sociais, culturais e políticos. Em cada município, esse inter-relacionamento configura realidades distintas, passíveis de uma compreensão mais sólida, se considerados os contextos em que são construídas, em múltiplas escalas. A presença da produção familiar se insere como mais um elemento atrativo para as práticas de turismo e os espaços rurais no território fluminense.

4. Considerações finais

No espaço rural, observam-se inúmeras atividades: as agrícolas, com a produção de matérias-primas para a indústria e a produção de alimentos, com assentamentos e acampamentos de trabalhadores rurais; e as não agrícolas, como a instalação de indústrias e a procura por áreas que têm a natureza preservada para a construção de residências, hotéis e pousadas, gerando a necessidade de mão de obra e proporcionando aos produtores rurais residentes empregos e consequente aumento da renda familiar. O aumento dessas atividades não

agrícolas, contudo, ainda está associado à implementação, pelo poder público, de infraestrutura de transporte e comunicação, o que, nitidamente, possibilita a circulação de pessoas, mercadorias, informações e capital.

A maior parte das mudanças corresponde ao espaço rural não incorporado à produção dos complexos agroindustriais e que, em sua maior parte, corresponde à produção familiar nas pequenas propriedades. É nesse espaço não incorporado ao modelo hegemônico que ocorrem as maiores transformações, pois a procura por áreas que têm a natureza preservada e que podem ser transformadas em áreas de lazer, com a construção de sítios para veraneio, hotéis e pousadas, atrai a população das áreas urbanas e proporciona emprego aos pequenos produtores rurais, facultando-lhes exercer outras atividades que não apenas as agrícolas. É nesses espaços que também há incentivo às práticas agroecológicas e alternativas, em detrimento da forma de produção tradicional nas médias e grandes propriedades. Esses locais correspondem ao espaço rural revalorizado em decorrência da natureza mais preservada, tornando-se uma mercadoria a ser consumida pelas populações, sobretudo aquelas de origem urbana.

Alteram-se, assim, as relações entre campo e cidade, com a subordinação do primeiro à segunda, ambos integrados como espaço de consumo. Os espaços da produção de base familiar se alteram também com a presença de inúmeros elementos (indústrias, serviços, pessoas oriundas da cidade, seja para lazer, seja como segunda residência) que associam atividades agrícolas e não agrícolas. Ao pequeno produtor descapitalizado, resta a alternativa de buscar outras fontes de renda nas atividades não agrícolas.

Esse processo está bastante presente no território fluminense, que se encontra marcado por um intenso processo de urbanização, o qual tem provocado profunda transformação socioespacial, como, por exemplo, o turismo rural contemporâneo, com a proliferação de hotéis-fazenda, spas, pousadas e imóveis de segunda residência. Também se verificam a manutenção e até mesmo o aumento da produção familiar, com o estado do Rio de Janeiro apresentando participação expressiva na comercialização agrícola a partir do Ceasa-RJ, especialmente em relação à venda de hortaliças, cuja produção tem aumentado nos últimos anos, especialmente na Região Serrana fluminense.

Certamente, a proliferação dessas atividades possibilitou aos produtores familiares a inserção em atividades não agrícolas e o consequente aumento da renda familiar. No entanto, esse processo tem lugar, principalmente, nas áreas dos eixos de urbanização próximas à RMRJ. Nas áreas mais distantes, os produtores familiares continuam a depender da renda agrícola, enfrentando inúmeros problemas para a realização de suas atividades. Nesse sentido, o espaço rural se transforma em decorrência da valorização de seus aspectos naturais, e a manutenção da produção agrícola familiar se torna importante para a disseminação da imagem desse espaço natural vendido ao turista.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. "Agricultura familiar e uso da terra". *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 11, n. 2, 1997, pp. 73-8.
- . "Paradigmas do capitalismo agrário em questão". 2 ed. Campinas: Hucitec, 1998.
- CORTES, C. *Análise da agricultura familiar no município de Sumidouro/RJ* (tese). UERJ, 2008.

- FAO/INCRA. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília, 1995.
- FERRÃO, João. “Relações entre o mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pista para o futuro”. *Eure*, Santiago, v. 26, n. 78, set. 2000.
- HESPANHOL, R. A. de M. *Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente* (tese). Unesp, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001, p. 141.
- LIMONAD, E. *Os lugares da urbanização: o caso do interior fluminense* (tese). USP, 1996.
- MARAFON, G. J. et al. *Regiões de governo do estado do Rio de Janeiro: uma contribuição geográfica*. Rio de Janeiro: Gramma, 2006. 139 p.
- MOREIRA, R. et al. “Estado do Rio de Janeiro”. *Anais...* Niterói: EDUFF, 2001, pp. 127-32.
- PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FAO/INCRA. *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Brasília: MDA/Incra, 2000.
- REIS, José. “Observar a mudança: o papel dos estudos rurais”. *Conferência...* 1º Congresso de Estudos Rurais. Portugal: Vila Real, 2001.
- RIBEIRO, M. A. “Considerações sobre o espaço fluminense: estrutura e transformações”. In MARAFON, G. J. e RIBEIRO, M. F. (orgs.). *Estudos de geografia fluminense*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002, pp. 13-26.
- RUA, João. “Urbanização em áreas rurais no estado do Rio de Janeiro”. In MARAFON, G. J. e RIBEIRO, M. F. (orgs.). *Estudos de geografia fluminense*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002, pp. 43-70.
- . “As crises vividas pelo estado do Rio de Janeiro e a emergência de novas territorialidades em áreas rurais”. In MARAFON, Glaucio José et al. (orgs.). *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, pp. 271-98. 330p.
- SANTOS, A. M. *Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2003a, v. 1. 228 p.
- . *Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2003b.
- SEABRA, R. *Comercialização agrícola no estado do Rio de Janeiro: o papel do sistema CEASA-RJ* (monografia). UERJ, 2004.
- SILVA, J. Graziano. “O novo rural brasileiro”. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, 1997, pp. 43-81.
- WANDERLEY, M. N. B. “Brasil: exploração familiar ou latifúndio?”. In LAMARCHE, H. *A agricultura familiar*. Paris: L'Harmattan, 1994, v. 2, pp. 20-7.
- . “Raízes históricas do campesinato brasileiro”. In TEDESCO, J. C. (org.). *Agricultura familiar: realidade e perspectivas*. Passo Fundo: EDUPF, 1999, pp. 23-56.
- . “A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil”. Encontro Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, XXXVIII. *Anais...* Rio de Janeiro: Sober, 2000. [CD-ROM]
- WOODS, Michael. *Rural Geography*. Londres: Sage, 2005.